



**PAUTA  
PARA A 102ª SESSÃO ORDINÁRIA  
EM 16 DE SETEMBRO DE 2015**

**Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.**

**1ª Sessão**

1 - Projeto de lei nº 1246, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dá a denominação de "Edy Costa Mendes" ao Ambulatório Médico de Especialidades - AME de São José dos Campos.

2 - Projeto de lei nº 1247, de 2015, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais. Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS, na hipótese que especifica.

**2ª Sessão**

1 - Projeto de resolução nº 28, de 2015, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informação. Altera o inciso XIV do artigo 30 e o § 14 do artigo 31 da XIV Consolidação do Regimento Interno.

2 - Projeto de decreto legislativo nº 12, de 2015, de autoria do deputado Raul Marcelo. Susta os efeitos do Decreto nº 61.466, de 2015, que dispõe sobre a admissão, a contratação de pessoal e o aproveitamento de remanescentes na Administração Direta, Indireta e Fundacional do Estado.

**3ª Sessão**

1 - Projeto de resolução nº 27, de 2015, de autoria do deputado Coronel Telhada. Regulamenta a concessão da "Medalha da Constituição", instituída pela Resolução nº 330, de 1962.

2 - Projeto de lei nº 1241, de 2015, de autoria do deputado Marcos Zerbini. Dispõe sobre a doação com encargo à Administração Estadual de terrenos para edificação de habitações de interesse social.

3 - Projeto de lei nº 1242, de 2015, de autoria do deputado Pedro Tobias. Declara de utilidade pública a "Associação Habitacional e Promoção Social João Paulo II", com sede em Agudos.

4 - Projeto de lei nº 1243, de 2015, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Declara de utilidade pública a "Associação Brasileira de Pipas - A.B.P.", com sede na Capital.

5 - Projeto de lei nº 1244, de 2015, de autoria do deputado Coronel Telhada. Dá a denominação de "Tenente Coronel PM Sandro Moretti Silva Andrade" ao Comando de Policiamento de Área Metropolitana -10 (CPAM-10), sediado na Capital.

6 - Projeto de lei nº 1245, de 2015, de autoria do deputado Márcio Camargo. Classifica Cotia como "Município de Interesse Turístico".

7 - Projeto de decreto legislativo nº 11, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Susta os efeitos de parte destacada do Decreto nº 61.466, de 2015, que dispõe sobre a admissão, a contratação de pessoal e o aproveitamento de remanescentes na Administração direta, indireta e fundacional do Estado.

8 - Moção nº 90, de 2015, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Aplauda e reconhece o trabalho e o esforço do atleta rio-clarense Carlos Carbinatti, mesatenista que conquistou duas medalhas de ouro nos Jogos Parapan-Americanos de Toronto, Canadá.

#### **4ª Sessão**

1 - Projeto de lei Complementar nº 49, de 2015, de autoria do Sr. Procurador-Geral de Justiça. Modifica a Lei Complementar nº 734, de 1993, que dispõe sobre as Promotorias de Justiça com atuação regional, e dá outras providências.

2 - Projeto de lei nº 1232, de 2015, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Dispõe sobre a criação de um Programa de Amparo e Cuidados à Mulher

Alcoólatra, e fixa outras providências.

3 - Projeto de lei nº 1233, de 2015, de autoria do deputado Roque Barbieri. Dá a denominação de "Manoel Sanches Granero" ao Poupatempo do município de Birigui.

4 - Projeto de lei nº 1234, de 2015, de autoria do deputado Roque Barbieri. Declara de utilidade pública a "Santa Casa de Misericórdia de Cabreúva", naquele Município.

5 - Projeto de lei nº 1235, de 2015, de autoria do deputado Alencar Santana Braga. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Caminhando para o Futuro - Pão da Vida", em Pitangueiras.

6 - Projeto de lei nº 1236, de 2015, de autoria do deputado Celso Nascimento. Dispõe sobre a proibição da cobrança de valores adicionais para matrícula ou mensalidade de estudantes portadores de síndrome de Down, autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras síndromes, e dá outras providências.

7 - Projeto de lei nº 1237, de 2015, de autoria do deputado Milton Vieira. Cria o Programa de Prevenção e Orientação sobre os Riscos Causados à Coluna pelo Uso Incorreto de Smartphones e Tablets.

8 - Projeto de lei nº 1238, de 2015, de autoria do deputado Adilson Rossi. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Mão Amiga de Guarulhos - ABEMAG", com sede naquele Município.

9 - Projeto de lei nº 1239, de 2015, de autoria do deputado Adilson Rossi. Declara de utilidade pública a "Assistência Vicentina de Pederneiras", com sede naquele Município.

10 - Projeto de lei nº 1240, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a atenção à saúde ocupacional dos profissionais de enfermagem.

11 - Moção nº 89, de 2015, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Aplauda o trabalho do diretor da Escola Municipal Darcy Ribeiro, de São José do Rio Preto, Diego Mahfouz Faria Lima, os alunos, funcionários, pais e a comunidade do bairro Santo Antônio pelo comprometimento com a Educação.

1 - Projeto de lei nº 1228, de 2015, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Dispõe sobre a informação das formas de pagamento disponíveis em estabelecimentos comerciais localizados em pontos turísticos no Estado.

2 - Projeto de lei nº 1229, de 2015, de autoria do deputado Teonilio Barba. Dispõe sobre o não pagamento de taxa de pedágio para veículos automotores empregados no transporte de pessoas portadoras de doenças graves, crônicas e/ou degenerativas em tratamento de saúde fora de seu domicílio, e dá disposições correlatas à matéria.

3 - Projeto de lei nº 1230, de 2015, de autoria do deputado Teonilio Barba. Dispõe sobre o não pagamento da taxa de pedágio por veículos de transporte de cargas que circularem vazios nas rodovias do Estado, quando os eixos estiverem suspensos.

4 - Projeto de lei nº 1231, de 2015, de autoria do deputado Coronel Telhada. Altera a redação do inciso IX do artigo 1º e acrescenta os incisos XI e XII ao artigo 1º da Lei 9.155, de 1955, que dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação trimestral das informações que especifica, referentes à atuação das políticas estaduais.

5 - Moção nº 87, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Repudia a inclusão do Ministério da Pesca e Aquicultura na lista de ministérios a serem extintos.

6 - Moção nº 88, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para o Sr. Presidente do Senado Federal, bem como para os líderes dos partidos com assento naquela Casa Legislativa, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2013, que dispõe sobre a demarcação e a legitimação de posse para fins de regularização fundiária rural de interesse social de áreas ocupadas por agricultores familiares, seja apreciado e aprovado com a máxima brevidade possível.

**Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).**

## **2ª Sessão**

Moção nº 64, de 2007, de autoria da Comissão de Direitos Humanos. Dirige protesto ao Conselho Superior do Ministério Público contra decisão que beneficia o promotor Thales Ferri Schoedl e para que seu vitaliciamento não

seja decidido antes do processo judicial criminal.

### **3ª Sessão**

1 - Projeto de lei nº 1114, de 2015, de autoria do deputado Pedro Tobias. Declara de utilidade pública o "Instituto Empresarial de Apoio à Formação da Criança e do Adolescente - Pró-Criança de Birigui", naquele Município.

2 - Moção nº 48, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 28/2012, que estende às contribuições assemelhadas aos impostos, exceto previdenciárias, limitação ao poder de tributar da União e que amplia a imunidade do setor editorial seja apreciada e aprovada com a máxima brevidade possível.